

Apresentação

Energia, Organizações e Sociedade: Um Debate Necessário

Luiz Alex Silva Saraiva
Adriana Vinholi Rampazo

Temos assistido, nos últimos anos, o aumento de investimentos na geração de energia hidroelétrica no Brasil. Informações do Ministério do Planejamento sobre a segunda fase do PAC, Programa de Aceleração do Crescimento, dão conta de que em três anos foram colocadas em operação quatro novas usinas hidrelétricas (GOMES, 2014). Entre elas, as hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio no rio Madeira, em Rondônia, em plena bacia Amazônica.

A partir de uma lógica desenvolvimentista, o crescimento econômico está estreitamente ligado ao aumento na oferta de energia elétrica. Do ponto de vista estritamente econômico, a geração de energia por meio de hidrelétricas no Brasil possui uma ótima relação custo/benefício, já que, para isso, é utilizada a água dos rios, fonte renovável abundante no país. O resultado dessa equação é a manutenção do “paradigma” da hidroeletricidade, em detrimento de alternativas energéticas que gerem menos impactos socioambientais.

O problema é que esses investimentos dão ênfase a questões econômicas e deixam em segundo plano desdobramentos socioambientais que a construção e operação desses empreendimentos hidrelétricos causam na localidade em que se situam. É assim que tem crescido o número de denúncias de comunidades afetadas por projetos

hidrelétricos que, ao prometerem o progresso, desencadeiam, na verdade, efeitos perversos que comprometem o futuro dessas populações.

É por meio do discurso do progresso que os empreendedores conseguem legitimar e, assim, viabilizar o empreendimento perante a população, afirma Parmigiani (2006). Essa estratégia é utilizada há muito tempo: basta lembrar que nos anos de 1980 já se fazia referência ao progresso para convencer a população para a construção da usina Kararaô no rio Xingu, hoje conhecida como Belo Monte.

Em nome de um pretenso desenvolvimento, há uma expansão de uma única racionalidade, passando por cima de distintas formas de conceber o território, forçando o reconhecimento de outros modos de vida (CASTILHO, 2010). As comunidades se convertem em recursos, os quais, em uma lógica gerencialista, passam a ser alvo da gestão. Nesse sentido, são interessantes à medida que se resignem com o sentido único do progresso que lhes é apresentado, o progresso calcado em grandes empreendimentos que serão instalados nos seus territórios. Devem, assim, agradecer pela “dádiva” que é o progresso que os afasta do “atraso” em que viviam.

Os conflitos, então, decorrem não só da disputa pelo uso dos recursos naturais, mas, principalmente, pela incompatibilidade de visões de mundo (FLEURY, 2013; FLEURY; ALMEIDA, 2013), uma vez que progresso não tem um mesmo significado para os empreendedores da usina, para o governo e para a população local, que por si só já é diversificada. Enquanto os outsiders desenham projetos “racionais” de desenvolvimento e progresso conforme seu modo de ver o mundo, perfeitamente alinhado ao capitalismo e como se nada de importante existisse no território, os insiders, por vezes, não compartilham dessa mesma lógica de vida.

Nesse contexto, as comunidades locais são vistas ou como entraves ao progresso ou como sujeitos a serem necessariamente inseridos nos projetos de futuro. Nunca, no entanto, como atores autônomos do processo. Apesar de não negarem que a instalação das usinas hidrelétricas causa impactos negativos à região, tais efeitos são tratados como algo possível de serem mitigado a partir de um planejamento eficiente que inclui o uso de instrumentos de avaliação ambiental. Em outras palavras, se for feito um planejamento racional e eficiente de todo o processo, os desdobramentos ocasionados pelas usinas hidrelétricas podem ser devidamente mitigados.

Essa lógica cartesiana, perfeitamente aceitável se concebida e discutida em escritórios de empresas e governos em grandes cidades, é amplamente insuficiente, irresponsavelmente econômica e francamente não humana, pois desconsidera a riqueza e as particularidades da dinâmica social e simbólica presentes em qualquer lugar, mesmo que ele pareça “desabitado” ou “desimportante” aos olhos do capitalista e de seus representantes.

É com essa preocupação que nasceu a ideia deste livro. Nesta obra, nos propomos a debater a confluência entre energia, organizações e sociedade de uma forma interdisciplinar e, necessariamente, crítica. Para isso, convidamos especialistas de diversas áreas do conhecimento para propor problematizações em torno da questão energética, tão associada ao modelo hegemônico de vida ocidental, e tão pouco examinada de perto, particularmente quanto às suas relações entre organizações e sociedade.

O setor elétrico brasileiro é majoritariamente formado por hidrelétricas, modelo escolhido para o país meramente por motivos de ordem econômica, conforme pode ser visto no capítulo 1, de Adriana Vinholi Rampazo e Elisa Yoshie Ichikawa, sobre a organização do sistema elétrico

brasileiro. Mesmo reduzindo a sua participação na matriz elétrica brasileira, as hidrelétricas ainda compõem mais de 70% do parque gerador, constituindo a primeira opção no que se refere ao planejamento no setor, apesar dos comprovados problemas socioambientais atrelados a sua instalação, denunciados há anos tanto por estudiosos sobre o assunto quanto por militantes de movimentos sociais.

Discussões acaloradas sempre irrompem quando o assunto é energia elétrica. De um lado, aqueles que defendem a necessidade de maiores investimentos em hidroeletricidade, considerada por eles mais barata e limpa quando comparada às termoelétricas, para sustentar o crescimento do país. De um lado, para a maioria da população fica a sensação de que não há outras formas de geração de energia além das hidrelétricas e termoelétricas, sendo as alternativas, como eólica e biomassa, apresentadas somente como “enfeites”, impossíveis de darem conta da demanda nacional. De outro, os “do contra”, os que “trabalham contra o desenvolvimento do país”, gente “pessimista” que não consegue enxergar o óbvio, como aponta Norma Valêncio no capítulo 2, sobre as armadilhas do tecnocentrismo hídrico/hidrelétrico, que, desqualificando as razões do outro como não racionais, possibilita aos grupos de poder decidirem sobre os rumos do setor a partir dos seus interesses de classe.

Na mesma linha, temos a análise feita por Elisângela Domingues Michelatto Natt e Alexandre de Pádua Carrieri sobre o discurso que sustenta a ideia de hidroeletricidade como energia limpa no capítulo 3. As vantagens da energia elétrica, cuja propagação é importante para quem detém o poder de falar, são cotejadas com inúmeros evidentes prejuízos de ordem socioambiental para grande parte da população local, silenciada pelo poder econômico das grandes empresas envolvidas nesse tipo de empreendimento.

Alexandre do Nascimento Souza e Pedro Roberto Jacobi discutem, no capítulo 4, as premissas do planejamento do setor elétrico brasileiro até 2030. A expansão da matriz elétrica brasileira esbarra em uma série de restrições socioambientais que só enfatizam a mobilização de movimentos sociais diversos e do Ministério Público. Os autores discutem as práticas de governança como um meio de lidar com os embates e fomentar acordos associados tanto à garantia do suprimento da energia quanto a questões socioambientais.

O capítulo 5, de Alexandre Cosme José Jeronymo, põe em foco o licenciamento ambiental como um dos instrumentos da política nacional de meio ambiente brasileira. Este mecanismo, imerso em um quadro de antagonismos no qual o poder econômico conta com a conivência do poder político, é alvo de críticas tanto dos agentes econômicos, que o apontam como retardador de processos de desenvolvimento, quanto da sociedade, que se ressentida da ausência de espaços efetivos para a participação popular e interesses das comunidades atingidas.

Com um olhar voltado para o caso do licenciamento ambiental da usina hidrelétrica de Irapé, Marcos Cristiano Zucarelli e Wendell Ficher Teixeira Assis denunciam, no capítulo 6, uma assimetria na apropriação do território e na utilização de seus recursos, ao mesmo tempo em que traduzem a imposição de um tipo de desenvolvimento unilinear que desrespeita o modo de vida das populações ribeirinhas. O processo é chamado por eles de “concentrador” por resultar na dor dos ribeirinhos que perderam a disputa pelo uso do território e, ao mesmo tempo, exprimir um único modelo de desenvolvimento baseado em uma racionalidade econômico-instrumental universal contrário ao modo de vida das populações locais.

A construção de usinas hidrelétricas aniquila deliberadamente um determinado lugar, gerando um topocí-

dio, lembra Vera Lúcia dos Santos Placido no capítulo 7. Quando a hidrelétrica se instala o espaço se altera substancialmente, o modificando ou extinguindo suas características anteriores. Além das alterações hidrológicas, que resultam na modificação da qualidade da água, e biológicas, com a extinção da fauna local, o fechamento das comportas para a formação do reservatório da usina provoca o deslocamento compulsório de centenas de ribeirinhos, forçando a (des)territorialização, já que eles não se reconhecem mais naquele território.

A partir do caso de Belo Monte, Jucilene Galvão e Célio Bermann problematizam algumas estratégias jurídico-administrativas presentes ao longo do processo decisório para a construção de grandes empreendimentos hidrelétricos que procuram impossibilitar qualquer contestação e alteração do que está previamente definido. Este capítulo 8 traz, a rigor, uma reflexão sobre a produção capitalista do espaço levando em consideração a produção de hidroeletricidade em um contexto marcado pelo ideário desenvolvimentista.

Produzido a partir de análise documental que tratam da experiência de camponeses e indígenas ameaçados pela UHE São Jerônimo, no vale do rio Tibagi, no Paraná, o capítulo 9, Wagner Roberto do Amaral e Miguel Etinguer de Araujo Junior discorrem acerca da mobilização desses grupos após a divulgação da proposta de construção de sete usinas hidrelétricas na bacia do rio Tibagi pela Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL), culminando no arquivamento de um dos empreendimentos projetados por meio da pressão e mobilização popular. Diante das progressivas iniciativas dessa natureza no país e que continuam ameaçando populações ribeirinhas, povos indígenas, agricultores familiares, comunidades tradicionais, trata-se de uma discussão relevante e imprescindível.

Grandes obras de engenharia, as hidrelétricas impressionam pela imponência, principalmente por se destacarem em paisagens distantes dos grandes centros urbanos, o que levou Oswaldo Sevá a nomeá-las como “estranhas catedrais”. Objetos estranhos ao local, mas que, de uma hora para a outra, passam a ditar regras, costumes, valores e, portanto, a modificar a vida da sociedade envolvente. Apesar de diretamente envolvidos na questão, não é incomum, entretanto, que os ribeirinhos e os moradores da região em que será instalada a hidrelétrica sejam reduzidos a números, cálculos dos custos da obra, “baixas necessárias”, utilizando um jargão militar. Em conjunto, os capítulos dessa obra se posicionam contra esta perspectiva de economicização do mundo, proporcionando uma rica e variada tessitura na interface entre energia, organizações e sociedade.

Boa leitura!

Referências

CASTILHO, D. Os sentidos da modernização. *Boletim Goiano de Geografia, Goiânia*, v. 30, n. 2, pp.125-140, jul./dez. 2010.

FLEURY, L. C. Disputas cosmopolíticas e conflito ambiental na Amazônia brasileira, a partir da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. In: REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 4, Campinas, 2013. Anais... Campinas: REACT, 2013.

FLEURY, L. C.; ALMEIDA, J. A construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte: conflito ambiental e o dilema do desenvolvimento. *Ambiente & Sociedade, São Paulo*, v. 16, n. 4, pp. 141-158, out./dez. 2013.

GOMES, R. Investimentos do PAC 2 garantem segurança energética do país. 2014. Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/noticia/217fb-dd4>>. Acesso em 05 fev. 2016.

PARMIGIANI, J. Apontamentos para a história de uma luta: os atingidos pela barragem de Salto Caxias/PR. *Tempo da Ciência, Toledo*, v. 26, n. 13, pp. 107-123, 2. sem. 2006.

SEVÁ, O. Estranhas catedrais: notas sobre o capital hidrelétrico, a natureza e a sociedade. *Ciência e Cultura, São Paulo*, v. 60, n. 3, pp. 44-50, set. 2008.